

Experiências agroecológicas como parte da estratégia de resistência territorial camponesa: o caso de Paraty, no estado do Rio de Janeiro.

Agroecological innovations as part of a strategy to peasant territorial resistance: the study case of Paraty in the Rio de Janeiro state.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald¹

¹EMATER RIO, Niterói - RJ, Brasil, gstrauch58@gmail.com

RESUMO: No presente trabalho de pesquisa desenvolve-se uma análise das experiências agroecológicas protagonizadas por camponeses em Paraty, no estado do Rio de Janeiro. A questão que orienta esta investigação é verificar se as experiências agroecológicas têm contribuído como parte da estratégia de resistência dos camponeses aos processos de apropriação do território pelo capital de degradação social e cultural decorrentes deste fato no modo de vida dessas famílias. A existência de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos, que tornam possível a permanência do campesinato, sem comprometer a base e a renovação dos recursos naturais, apontam para uma racionalidade ecológica existente na forma camponesa de manejo socioambiental do território. O modo camponês de apropriação dos recursos naturais tem contribuído para conformar a resistência cotidiana do campesinato frente ao processo intenso de expropriação de suas terras, e tem assegurado o seu modo de vida no território.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento camponês; manejo socioambiental; racionalidade ecológica; sistemas agroflorestais.

ABSTRACT: This study presents an analysis of agroecological initiatives undertaken by peasants in Paraty, State of Rio de Janeiro. The focus of this investigation was to verify whether agroecological innovations have made a contribution within the context of a strategy to the peasant resistance efforts against territory expropriation made by capital, with consequent social and cultural erosion of the way of life of these families. The existence of strategies, techniques, perceptions and knowledge, which allow the continued presence of peasantry without endangering the structure and the renewal of natural resources, points to the existence of an ecological rationality underlying the social and environmental management practices of peasant farmers, present in that territory. The peasant mode of production of natural resources has contributed to consolidating the peasantry ongoing resistance in the face of the intense process of expropriation of their land, and has ensured the continuation of their way of life within the territory.

KEYWORDS: peasant knowledge, environmental management; ecological rationality; agroforestry.

Correspondência para: gstrauch@gmail.com

Aceito para publicação em: 15/10/2015

Introdução

Este trabalho parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato, o que justifica a necessidade de estudos que apoiem o seu fortalecimento e expansão, bem como o seu protagonismo na gestão dos processos de desenvolvimento territorial. Apesar das profecias anunciadas tanto pelo marxismo ortodoxo como pelas teorias liberais sobre o iminente desaparecimento do campesinato, os camponeses persistem resistindo às investidas do complexo urbano-industrial capitalista em seus territórios.

A importância do campesinato pode ser constatada na evidência empírica de que ele representa a imensa maioria da população rural mundial, cerca de 1,5 bilhões de pessoas atualmente, e que também são responsáveis pela produção de 70% do alimento consumido no mundo (Ploeg, 2009; Altieri e Toledo, 2011).

Diante dessa realidade, Palerm (1980) já destacava ser evidente a necessidade de uma teoria da continuidade do campesinato, e também de uma práxis derivada de sua permanência histórica. Neste sentido, justifica-se então o estudo e análise das estratégias de mudança do campesinato diante da sociedade, e sua capacidade adaptativa para garantir a sua sobrevivência ao longo do tempo. Desta forma, torna-se imperioso dar visibilidade a história do campesinato, através de suas formas cotidianas de resistência, as quais ocorrem também dentro da unidade de produção, a maioria de forma silenciosa, como as microestratégias no sentido atribuído por Scott (1985). Embora ocorram no cotidiano, as microestratégias devem ser estudadas e analisadas com a mesma ênfase e detalhamento que aquelas ditas abertas e mais visíveis, já que revelam o enorme potencial de resistência camponesa frente às adversidades.

A escolha de Paraty como local de estudo reside inicialmente no fato de ser um território com uma grande diversidade cultural e ecológica, sob domínio do bioma da Mata Atlântica, e onde ainda estão presentes as formas camponesas de apropriação dos recursos naturais. Outra forte motivação decorre do trabalho de extensão rural desenvolvido pelo autor da pesquisa, durante 18 meses, junto aos agricultores assentados de projetos de reforma agrária em Paraty e, também, de sua proximidade às dinâmicas territoriais e de articulação desses agricultores no movimento agroecológico estadual e nacional.

O objetivo que orienta este trabalho é verificar se as experiências agroecológicas desenvolvidas em Paraty

têm contribuído como parte da estratégia de resistência dos camponeses ao processo intenso de apropriação do território pelo capital.

Material e Métodos

A análise do processo multidimensional e dos elementos integrantes das estratégias de resistência à desterritorialização, desenvolvidas pelos camponeses em Paraty, foi realizada em base ao marco teórico e metodológico da Agroecologia. A opção metodológica escolhida para atender aos objetivos propostos neste trabalho de pesquisa utilizou as possibilidades geradas pela abordagem pluriépistemológica e plurimetodológica trazidas pela Agroecologia, privilegiando o aspecto qualitativo da pesquisa agroecológica, de valorização do sujeito da pesquisa.

Os níveis de análise variaram entre a unidade de produção familiar, os estilos de manejo de recursos naturais e o de território, situando este último próximo ao nível de sociedade local, de acordo à sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia. As técnicas utilizadas nesta pesquisa situam-na dentro da perspectiva estrutural e da dialética (GUZMÁN CASADO et al, 2000). Nessas duas perspectivas foram utilizadas ferramentas e técnicas para acessar os relatos de vida pessoais, através da história oral (THOMPSON, 2000), e que pudessem traduzir os estilos de manejo de recursos naturais desenvolvidos pelos agricultores em seus agroecossistemas. Desta forma, foram realizadas dez entrevistas não estruturadas com agricultores e técnicos e, a partir destes relatos, foi realizada a análise de conteúdo deste material.

Outra técnica importante utilizada pelo autor deste trabalho foi a de observação participante, desenvolvida de duas formas. A primeira ao longo de 18 meses atuando como extensionista rural, prestando assessoria técnica e executando ações de extensão rural junto aos agricultores assentados em 3 projetos de reforma agrária no município de Paraty. A segunda foi desenvolvida ao longo de 6 anos de acompanhamento das dinâmicas locais dos agricultores de Paraty em torno da Agroecologia, participando da identificação e sistematização de suas experiências, bem como a inserção daqueles no movimento agroecológico estadual e nacional.

Referencial Teórico - este trabalho de pesquisa se insere na definição mais ampla da Agroecologia proposta por Hecht (2002), onde os aspectos sociais têm papel destacado na análise dos agroecossistemas.

Esta perspectiva acaba por levar o pesquisador a se envolver com o objeto em estudo, e que se trata exatamente da realidade vivenciada neste trabalho de investigação.

As críticas ao pensamento agrário convencional se referem ao seu cunho positivista, de caráter sectário e excludente, baseados nas premissas do conhecimento científico moderno, o qual desprezou as formas tradicionais do conhecimento camponês e indígena. Nestes conhecimentos se encontram aspectos linguísticos, botânicos, zoológicos, artesanais, pedológicos e de práticas agrícolas, e que são fruto da interação dos agricultores tradicionais e o meio ambiente num processo de coevolução. Diversos trabalhos de pesquisa sobre estes conhecimentos contribuíram para acabar com o preconceito de que as práticas e os conhecimentos camponeses eram primitivos e ineficientes, sendo ao contrário, sofisticados e adaptados ao ambiente e possuidores de uma racionalidade ecológica (GUZMÁN CASADO et al, 2000; TOLEDO, 1993).

Este conhecimento camponês sofisticado foi estudado por Toledo (1993), quando analisa o vínculo entre etnologia e produção camponesa. Para esse autor, o amplo conhecimento camponês tem um valor significativo para explicar as formas nas quais os camponeses percebem, concebem e conceituam os ecossistemas dos quais dependem para viver. No contexto de uma economia de subsistência, este conhecimento da Natureza se converte em um item decisivo na implantação da estratégia camponesa de sobrevivência, baseada no uso múltiplo e refinado dos recursos naturais. O autor concebe um esquema hipotético que integra os diferentes tipos de conhecimento camponês acerca da Natureza, relacionado ao sistema produtivo, e estabelece uma tipologia do conhecimento camponês dos recursos naturais, com quatro tipos: estrutural, relacional, dinâmico e utilitário (TOLEDO, 1991).

Altieri (2002) também relata algumas dimensões do conhecimento camponês, como por exemplo os sistemas de classificação e uso do solo, as taxonomias biológicas locais, o meio ambiente, as práticas agrícolas de produção, o conhecimento etnobotânico e, o conhecimento experimental. Este último é desenvolvido amplamente pelos camponeses de Paraty em seus agroecossistemas, e decorre não só da observação dos recursos naturais, senão também da aprendizagem empírica da experimentação. Numa parcela destinada à experimentação, os camponeses testam os elementos da sustentabilidade agrícola a nível micro, aplicando os

princípios agroecológicos, descobrindo as melhores alternativas e soluções pelo método de ensaio e erro, e vinculados aos seus comportamentos diários, concretos e práticos de sua vida cotidiana. Isso parece indicar que existe uma clara conexão entre a gestão dos recursos naturais pelos camponeses e sua própria cultura.

Um dos princípios básicos nos quais se assenta a Agroecologia é o de coevolução social e ecológica, e que implica que “qualquer sistema agrário e qualquer unidade de produção a ser analisada é resultado de um processo de coevolução entre os seres humanos (sistema social) e a Natureza (sistema natural)” (GUZMÁN CASADO et al, 2000). Dentro desta perspectiva coevolucionista, a produção agrícola é o resultado de pressões socioeconômicas da sociedade sobre os ecossistemas ao longo do tempo, e que, portanto, essa mesma sociedade tem a capacidade de (re) direcionar o processo de coevolução.

A importância da perspectiva coevolucionista, no presente trabalho de pesquisa, encontra justificativa no fato de que tanto as populações tradicionais como os camponeses presentes em Paraty estabeleceram ao longo do tempo uma relação direta e intensa com a Mata Atlântica e, desta forma, os agroecossistemas manejados por eles são a expressão de um processo coevolutivo ocorrido nesse bioma (DEAN, 1996). Essa relação não tem apenas o caráter econômico e ambiental, de apropriação dos recursos naturais, mas também inclui práticas sociais e simbólicas.

Toledo (1993) ressalta a necessidade de se estudar os sistemas cognitivos camponeses em conexão com suas atividades e comportamentos diários, concretos e práticos, a fim de se alcançar uma compreensão completa e coerente destes sistemas. Desta forma, a perspectiva coevolucionista incentiva a um verdadeiro respeito pelo saber dos agricultores, e pode ajudar numa integração deste saber com o conhecimento científico.

Palerm (1980) relata que o ressurgimento dos estudos camponeses na segunda metade do século XX se deve, sobretudo, aos próprios camponeses, que seguiram e persistem até hoje ignorando as profecias tanto dos marxistas como do pensamento liberal sobre sua iminente extinção.

Diante dessas evidências, necessita-se de uma teoria de continuidade do campesinato, e uma práxis derivada de sua permanência histórica, ao invés de hipóteses e práticas de sua desaparecimento. Essa persistência/resistência do campesinato deriva de sua capacidade em não apenas subsistir, “modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe

oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações dos sistemas”, mas também através das “vantagens econômicas perante as grandes empresas agrárias”, com suas formas específicas de produção (PALERM, 1980). Toledo (1993) resume e integra o trabalho de diversos autores acerca das comunidades camponesas, dando impulso às ideias de Palerm (1980), e com isso elabora uma proposta teórica que pode ser considerada como um novo paradigma. Segundo Toledo (1993), ao serem comparadas aos mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e gerir sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais. Desta suposição se deriva uma segunda tese, a de que existe certa racionalidade ecológica na produção agrícola tradicional. Aquele autor relaciona alguns fatores que correspondem a essa eficiência dos sistemas de produção camponeses, como o uso predominante da energia humana e animal através do trabalho, o aproveitamento dos subprodutos oriundos do processo produtivo, os ciclos de produção que permitem a renovação dos recursos naturais, pelo nível de autossuficiência aonde predominam os valores de uso sobre os de troca e, pela reprodução simples da unidade familiar.

Desta forma, se deduz que o camponês seja o maior interessado em trabalhar de forma a garantir um fluxo ininterrupto de bens materiais e energia da Natureza. Para isso, ele busca uma produção não especializada, fundamentada no princípio da diversidade de recursos e de práticas produtivas, acesso a variados tipos de mercado, e também na possibilidade de complementação da sua atividade principal com outras formas de ocupação e geração de renda, inclusive fora da sua unidade familiar. Isto é o que Toledo (1993) denomina de estratégia multiuso camponesa, o que os torna nos maiores interessados em reproduzir e conservar tanto a biodiversidade como a diversidade espacial dentro de um determinado território, ou seja, os converte em ecologicamente conservacionistas.

Para a Agroecologia a importância do campesinato se apoia também na evolução de seu conceito, situando-o para além de uma categoria histórica ou sujeito social. Dentro da perspectiva agroecológica, o campesinato é identificado como uma forma específica de relacionar-se com a Natureza, ao considerar-se como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de apropriação, ou uma forma de manejo dos recursos naturais, vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada território, de natureza socioambiental (SEVILLA GUZMÁN e

GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005). No presente trabalho de pesquisa, isto abre a possibilidade de incluir na mesma categoria de camponês todos os grupos sociais presentes em Paraty, como quilombolas, caiçaras, indígenas e agricultores, como a expressão de um campesinato multicultural. Todos estes grupos desenvolvem um mesmo estilo de manejo de recursos naturais, ou seja, possuem tecnologia análoga oriunda da mesma fonte de conhecimento, semelhante inserção no mercado, etc. E é exatamente dentro dessa perspectiva que possibilita considerar o campesinato como uma forma de manejo dos recursos naturais, no qual são desenvolvidas as análises realizadas a partir do trabalho de campo, apresentadas a seguir.

Experiências agroecológicas em Paraty - inicialmente é importante mencionar a existência de um trabalho de assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico neste território, com início na década de 1990, o qual foi dinamizador do desenvolvimento destas práticas, e que contribuiu para a visibilidade da agricultura de base camponesa em Paraty. Segundo Matos (2011), o que se percebe a partir daquela iniciativa é um redescobrimto da Agroecologia em Paraty, através da valorização de práticas e saberes integrantes de uma agricultura tradicional, inseridas em seus modos de vida, e dotada de certa racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais.

No caso da produção agrícola, essa racionalidade camponesa sempre esteve presente em muitos agricultores de Paraty, que já aplicavam seus conhecimentos em práticas como o consórcio de culturas (muitos agricultores chamavam e ainda chamam de “casamento”), na recomposição da fertilidade natural dos solos através da prática do pousio, e na prática do “bate jangada”. Outra característica importante encontrada nos sítios camponeses em Paraty é a ampla diversidade existente nos quintais agroflorestais, pequenas áreas ao redor das residências com grande significado para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Em um estudo realizado junto a 19 quintais agroflorestais na comunidade caiçara no Saco do Mamanguá (Paraty), por exemplo, Valquíria Garrote (2004) constatou a existência de 347 espécies de plantas, com uma média de 67 espécies por quintal em 3 zonas de manejo, o que demonstra a grande complexidade desses sistemas, suas múltiplas funções e utilizações, e a sua contribuição para a manutenção da ampla biodiversidade existente.

Por todos estes aspectos, pode-se mencionar a

existência de uma base camponesa na agricultura de Paraty, e que encontrou na assessoria técnica com enfoque agroecológico uma forma de dinamizar seus saberes, fortaleceu a sua articulação e permitiu sua visibilidade dentro e fora do território. A partir deste trabalho, teve início uma aproximação dos grupos de Agroecologia das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, como o GAE – Grupo de Agricultura Ecológica da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com os camponeses de Paraty, o que resultou no desenvolvimento de diversos trabalhos acadêmicos, vários estágios de vivência, visitas e excursões científicas.

Sistemas Agroflorestais como agroecossistemas sustentáveis no bioma da Mata Atlântica - atualmente, existe cerca de quarenta sistemas agroflorestais em Paraty, a maioria implantada em decorrência do trabalho de assessoria técnica agroecológica desenvolvida nos anos 1990 e 2000.

Algumas das experiências desenvolvidas com sistemas agroflorestais em Paraty serão destacadas neste tópico, por sua grande contribuição para a manutenção das famílias camponesas, e também para a construção do conhecimento agroecológico no território e fora dele, como unidades de experimentação e locais de intercâmbio de conhecimentos entre agricultores, e entre estes e técnicos.

Destaca-se que alguns agricultores entrevistados mencionam o conhecimento prévio de algumas técnicas agrícolas tradicionais, como por exemplo, o “casamento” ou consórcio de culturas, utilizados por eles no início de suas atividades como agricultores, e que os ajudou na compreensão do funcionamento de um sistema agroflorestal. Como relatam os agricultores Valdevino (primeiramente) e Eraldo (posteriormente):

"Eu toda vida trabalhei com a floresta num sentido, era o consórcio, o casamento; o que é o casamento? Ali eu planto aipim, o feijão, o milho, as frutíferas, tudo no meio, e assim foi. Em 1993 veio um grupo de estudantes da Universidade Rural, e eles vieram aprender como se faz agrofloresta. Como você aprendeu a fazer isso? De ideia, porque a terra era pouca, e ia colhendo a temporária, e depois as frutas.

Em 1994, quando ouvi falar sobre agrofloresta, eu (pensei) que (já) fazia aquilo. Fazia queimada controlada, com cuidado, meu pai tinha essa cultura herdada do seu pai e do seu avô (...) o cultivo de meu pai sempre foi assim, que herdou do meu bisavô, (...), era o consórcio ou “casamento” de plantas. Papai desmatava uma área e entrava com café e frutíferas (abacate), cana nas entrelinhas, mandiocal também no meio do cafezal,

milho, feijão e arroz nesse sistema (de consórcio)".

O desenho das áreas de sistemas agroflorestais com o uso de um croqui é uma das ferramentas utilizadas por um dos agricultores entrevistados para um melhor planejamento de cada talhão em seu agroecossistema, em função de seu objetivo (figura 1). Funcionando como um mapa das áreas de plantio, José explica que os croquis foram desenhados com base na disponibilidade local de mudas de espécies arbóreas e o espaçamento próprio entre as espécies. O desenho também obedeceu a uma prioridade das colheitas iniciais com produtos anuais (grãos e hortaliças), e com o passar do tempo e crescimento das espécies arbóreas, as futuras colheitas de frutas e a obtenção de produtos florestais, como palmitos pupunha e frutos da juçara, além de madeiras para construção dentro do sítio. Os croquis também auxiliam na avaliação do resultado dos diferentes desenhos, para possíveis correções e uma maior eficiência dos sistemas, o que dificilmente seria alcançado se os plantios fossem feitos de forma aleatória:

"O sistema agroflorestal está produzindo produtos bi anuais e anuais, mas que ali dentro estão crescendo coisas que vão se sucedendo até o futuro. Áreas que são produtivas, depois de seis anos estão produzindo milho, feijão, mandioca, frutas e o cacau,..., e a outra produção que vai chegando e fazendo a compensação do trabalho empregado naquela área. Todas as áreas que tinham brachiária começaram a dar retorno a partir do 1º ano (de implantação). Sem levar em consideração o volume, a quantidade, mas sim a diversidade: o feijão, o milho, depois o guandu, a mandioca, as frutas. Se você tem uma planta anual, você tem o retorno do seu trabalho enquanto cuida da palmeira, de outras plantas (de ciclo mais longo). O objetivo de planejar foi de ter essa liberdade de ter essas colheitas, baseados nesses croquis. (José)".

Pelo menos dois agricultores mencionam a dificuldade de erradicação do capim brachiaria, no início da implantação de seus sistemas agroflorestais. Para isso, utilizaram o controle por sombreamento através do plantio do ingá, uma leguminosa arbórea com diversas utilidades nos sistemas agroflorestais, como fornecimento de grande quantidade de biomassa em curto período de tempo, conseguido através do manejo de podas. Na verdade, foram realizados experimentos com diversas variedades de ingá, com o objetivo de selecionar algumas com características desejáveis para a eficiência no sistema, como a produção de uma boa



Figura 1 - Desenho das áreas de sistemas agroflorestais com o uso de um croqui.

copa para sombreamento, a qualidade (espessura) das folhas para maior ou menor velocidade de decomposição no solo, e por último, a qualidade da madeira para lenha. As três variedades de ingá selecionadas pelos agricultores são todas de fácil obtenção de sementes na própria região.

Algumas técnicas de melhoria e de manutenção da fertilidade do solo incluem o uso de leguminosas anuais, arbustivas e arbóreas, como a mucuna preta (*Mucuna aterrima*), a mucuna cinza (*Mucuna cinerea*), o feijão de porco (*Canavalia ensiformis*) e as crotalárias (*Crotalaria juncea*, *C. spectabilis*) como espécies anuais dentro do sistema, para cobertura do solo e fornecimento de nitrogênio. No caso do guandú, além de sua contribuição como planta fixadora de nitrogênio no solo,

é utilizada também como alimento. Outra leguminosa arbórea de uso promissor dentro dos sistemas agroflorestais na região é o guapuruvú (*Schizolobium parahyba*), utilizado em áreas aonde as plantas anuais e bianuais não tiverem mais espaço, como planta fixadora de nitrogênio e como produtora de biomassa para melhoria das condições do solo. Um dos agricultores entrevistados utiliza a madeira do guapuruvu na estrutura do telhado de sua casa e para artesanato, além do óleo como combustível para lamparinas.

O trabalho com os sistemas agroflorestais trouxe algumas mudanças no manejo das culturas por parte dos camponeses em Paraty, e uma dela refere-se à interrupção do uso do fogo, uma prática comum no preparo do solo, como relata Valdevino:

"Antes eu queimava a terra, carpia, (...). Já na agrofloresta a gente não queima o cisco, a vantagem é essa, a gente perde um pouquinho onde estão os tocos, as folhas, mas hoje onde estão as folhas, eu planto batata doce".

Nas visitas aos sistemas agroflorestais foi possível constatar a ampla agrobiodiversidade existente, com a produção em uma mesma área ou talhão de uma ampla variedade de alimentos e plantas medicinais, além de espécies para produção de madeira. Milho, feijão, mandioca e hortaliças, frutas como graviola, mamão, jaca, manga, carambola, banana, cacau e cupuaçu, café, palmito pupunha, os frutos da juçara, e diversas espécies arbóreas para produção de óleos medicinais como a copaíba estão presentes nos sistemas agroflorestais visitados. Este diversificado e complexo sistema produtivo garante a segurança alimentar das famílias, e gera renda com a venda de excedentes para o mercado, inclusive na forma de produtos agroindustrializados. Durante uma caminhada transversal em seu sítio, Eraldo assinala a diversidade existente em seu sistema agroflorestral, e destaca a importância da produção obtida em seu agroecossistema para a garantia da segurança alimentar de sua família:

"A variedade de frutíferas, tubérculos, folhosas, grãos, eu já cheguei a plantar milho, soja, sorgo, e quatro variedades de feijão. A gente tem o cuidado de plantar uma área com a semente mais específica (para aquela área). No meio disso tudo vai quiabo, pimentão, gengibre, chuchu, taioba, cará, batata doce, tudo no meio (do sistema agroflorestral). Quando vem o sombreamento, aí não adianta plantar (as culturas anuais)... A agrofloresta proporciona isso. Eu não vou 1 dia na roça sem trazer comida, a menos que não queira. Isso é muito importante".

A recuperação de algumas variedades de espécies vegetais quase extintas também tem sido objeto de esforço por parte dos camponeses em Paraty. Em uma das visitas de campo neste trabalho de pesquisa o camponês José relata este trabalho de resgate:

"Aqui tem um feijão que está nascendo, ele tem uma história, eu estava procurando esse feijão, é o feijão "serra azul", tão tradicional de Paraty, ele é dessa região, e que está extinto. Por acaso eu encontrei com uma pessoa que me vendeu, ele trouxe de Cunha (SP). Porque a gente está acostumado a plantar só 2 tipos de feijão, mas conhecemos vários".

Da mesma forma, o retorno da biodiversidade local,

da fauna principalmente, tem sido relatado por vários camponeses depois da implantação de seus sistemas agroflorestais. A presença da fauna local como disseminadora de sementes é frequentemente notada nos agroecossistemas camponeses visitados, com a presença de aves e roedores, inclusive de espécies consideradas em vias de extinção, como relatam José e Valdevino durante uma caminhada transversal por seus sítios:

Muitas espécies nativas já estão nessa área, o passarinho já fez esse trabalho, fiz uma caminhada e vi muitas bicoíbas, as nativas que o passarinho consegue distribuir. A juçara nem preciso falar, a sabiá faz isso (a propagação) com muita propriedade, e o tucano também, como tem tucano agora, tá uma loucura! O araçari voltou agora, tá nos estudos do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), no passado estava em extinção, hoje de manhã estava vendo muito araçari comendo fruto de pupunha, então tem que plantar pupunha para o araçari comer, porque ela não se propaga de jeito nenhum, o fruto que cai no chão a cotia come tudo. É impossível não alimentar os pássaros, não alimentar os bichos". (José)

"Isso aqui (a espinheira santa) é bom pra gastrite, para úlcera, antigamente eu ia longe buscar, agora o pessoal vem aqui na minha porta buscar. Quem trouxe para cá foi o morcego, ele que plantou isso aqui. Quando eu capinava não tinha mais nada. Tem um pássaro chamado trocá, parece um pombo, aquele pássaro só dá na mata virgem, é difícil, mas já aparece lá em casa. Ele come a pupunha, desce no chão, a agrofloresta traz tudo para casa da gente, os bichos". (Valdevino).

Mutirões como expressão da reciprocidade camponesa: breve histórico até os atuais mutirões agroecológicos - ao abordar as formas de solidariedade na sociedade caipira, Candido (2010) cita o mutirão como a mais importante demonstração de trabalho coletivo, indicando, por exemplo, que os limites de um bairro como agrupamento territorial seriam "traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua", sendo "membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades".

Por sua vez, ao mencionar a formação da "área cultural caipira" no Brasil, composta pelas populações dispersas e desarticuladas na região centro sul do país, Ribeiro (2006) destaca a importância crucial da instituição do mutirão como forma de apoio mútuo para "execução de tarefas mais pesadas, que excediam das possibilidades dos grupos familiares". Essas tarefas incluíam a ajuda para o preparo de áreas para plantio de lavouras, para limpeza e tratamentos culturais, nas tarefas de colheita de feijão e arroz, e para trabalhos domésticos, como construção e reparos de moradias,

pontes e manutenção de estradas.

No caso dos aspectos de cooperação e solidariedade especificamente na cultura caiçara, por exemplo, Diegues (2005) cita a ocorrência do mutirão como forma de ajuda mútua no território, principalmente na realização de trabalhos mais pesados, como o plantio de uma roça grande, ou na colheita do arroz. Neste caso os mutirões não tinham somente uma função produtiva, mas proporcionava o contato entre as pessoas, estreitava os laços sociais e permitia a troca de informações.

Um traço marcante da agricultura camponesa em Paraty é justamente a ocorrência dos mutirões como forma de ajuda mútua, a qual se relaciona tanto à reciprocidade na produção (limpeza e preparo de áreas para implantação de culturas ou viveiros de mudas, por exemplo), quanto na vida familiar (construção ou reforma de casas, igrejas ou cercas, entre outras finalidades).

Através de alguns relatos feitos pelos camponeses mais idosos entrevistados neste trabalho de pesquisa, como Valentim e Valdevino, tomamos conhecimento de que os mutirões já existiam pelo menos desde as décadas 1950 e 1960, principalmente para preparo da terra e implantação de lavoura. Mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, o mesmo Valdevino relembra os mutirões realizados dentro das áreas desapropriadas para reforma agrária, como São Roque, Taquari e Barra Grande, também para preparo da terra e plantio de lavouras: “Aí nós passamos a trabalhar com mutirão, e essa área daqui era área comunitária, fizemos um grupo de 21 pessoas”.

Já no final da década de 1990 e durante a de 2000 os “mutirões agroecológicos” foram de grande utilidade tanto para a construção dos viveiros de mudas para a formação dos SAFs em Paraty, como na própria implantação destes. Naqueles momentos os mutirões atuaram como uma forma de resgatar e trazer visibilidade a vários agricultores que continuavam com suas práticas tradicionais em Paraty, mas que estavam imersos num processo de invisibilidade, principalmente diante dos discursos dos gestores das unidades públicas de conservação ambiental, quando afirmavam que não havia mais agricultura em Paraty. Os mutirões representavam a possibilidade desses agricultores em Paraty em dialogarem sobre a permanência da agricultura que eles desenvolviam, trazendo à luz as experiências com as agroflorestas e, dessa forma, a própria Agroecologia.

Naquele momento, os agricultores de várias comunidades foram articulados ao redor deste trabalho,

e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paraty, juntamente com o programa de residência agrônoma da UFRRJ viabilizava meios para que esses agricultores se encontrassem com mais frequência. Isto foi feito com uma logística de transporte para que esses agricultores pudessem circular dentro do município. Por exemplo, um agricultor da comunidade do Patrimônio, possuidor de um domínio usual das práticas agroecológicas, participava de um mutirão no sítio de outro agricultor, localizado em São Roque. Dessa forma, cada agricultor em seu sítio definia ali qual a área que ia ser plantada, e a partir disso o coletivo de agricultores dialogava entre si sobre quais as possibilidades de trabalho que podiam ser adotadas dentro daquela área. Esse grupo gastava um dia de trabalho de troca de serviço, numa área em que se o agricultor fosse plantar sozinho levaria aí uns quinze dias. Segundo Candido (2010), a prática “soluciona a questão da mão de obra nos grupos de vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar”.

Além do benefício relacionado ao aumento do rendimento do trabalho, havia também a troca de experiências, e que era baseada no conhecimento de novas técnicas. Por exemplo, o emprego de uma capina seletiva, ou do espaçamento adequado de plantio e a razão para o uso desse espaçamento, ou a aquisição do conhecimento tanto da função ecológica quanto da função produtiva de uma determinada espécie dentro do agroecossistema.

Os mutirões representaram uma oportunidade para o fortalecimento desses agricultores, os quais muitas vezes estavam isolados em suas comunidades. No entanto, na entrevista com Fábio, um dos técnicos responsável pelo acompanhamento aos agricultores camponeses em Paraty desde as décadas de 1990 e 2000, percebe-se que os mutirões têm outros papéis para além da dimensão produtiva, como o de revitalização cultural, e fortalecimento da coesão social de um grupo:

“A Agroecologia traz à luz não só essa questão produtiva, mas a manutenção do espaço de convivência, espaço de moradia, e que vão estar ligados também às práticas de revitalização e manutenção cultural, como o fandango, a ciranda caiçara, e que trazem a tona o modo de vida dessas comunidades. A Agroecologia traz à luz essas expressões culturais, e o mutirão é uma expressão disso: o pessoal se encontrava para uma conversa, fazer uma comida juntos, um falava da música, outro do tambor, outro falava do material do qual se fazia o tambor, a rabeça, os instrumentos musicais que eram utilizados pelo fandango, e que continuam sendo utilizados até hoje”.

Os mutirões continuam hoje em Paraty na lógica das trocas de dias de serviço, para a implantação e manejo das lavouras, como por exemplo, o mutirão ocorrido em 21 de abril de 2015, quando cerca de 15 agricultores se reuniram no sítio de um agricultor no Sertão de São Gonçalo para um trabalho coletivo de roçada, visando ralejar o sub bosque da floresta, a fim de permitir o desenvolvimento de palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) e a introdução de outras espécies com potencial produtivo. Porém, seus benefícios vão além da cooperação produtiva e laboral, pois os mutirões agroecológicos têm servido também como espaços de intercâmbio de conhecimentos, de circulação de ideias e expressão de sentimentos, como nos relata o camponês Sidney:

"A maioria aqui é sozinha, então o mutirão vem dar uma força para a gente (...) igual hoje aqui, nós viemos fazer o plantio de canteiros. Sozinho (o agricultor) ele até faz, mas é bem demorado. No mutirão a gente pede informações... O mutirão está sendo muito útil, não só para o agricultor que recebe, mas para quem está indo (participar). Esse ano (2015) a gente começou o mutirão com 12 pessoas, no último tivemos 38 agricultores. Então tá aumentando, e tem gente querendo participar, não quer nem (o benefício do) o mutirão na casa dele, mas quer só participar. Porque é uma coisa que está dando resultado, e não é só limpar (o terreno), é como experiência, trocar uma ideia".

Manejo da juçara: novas possibilidades de manejo dos recursos naturais nos territórios do bioma da Mata Atlântica - a palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) é típica da mata pluvial atlântica, com distribuição bastante regular em toda a floresta, tanto nas planícies aluviais como nos vales e encostas. É considerada uma espécie chave para a manutenção da biodiversidade das florestas deste bioma, já que serve de alimento para mais de 70 espécies de animais e aves. O processo de exploração predatória do palmito da juçara representou uma opção de renda para muitas famílias de agricultores e comunidades, mas acabou levando esta espécie ao risco de extinção em praticamente todo o domínio da Mata Atlântica. Embora atualmente proibida por lei, a retirada de forma clandestina do palmito ainda permanece até hoje. No entanto, a possibilidade mais recente de uso de seus frutos da juçara para a produção de polpa, de forma similar ao que acontece com o açaí (*Euterpe oleracea*) produzido na Amazônia, confere a aquela espécie uma posição de destaque, oriunda da sua multifuncionalidade ecológica e socioeconômica. Inicia-se a partir de 2005, concomitantemente a possibilidade de utilização multifuncional dos frutos da

palmeira juçara, um movimento de reorganização política das comunidades quilombolas nos municípios de Paraty e Angra dos Reis (Rio de Janeiro), e em Ubatuba (São Paulo). Essa ação auxiliaria a construção de uma identidade territorial comum a partir de uma rede, e fortaleceria a estratégia política de resistência destas comunidades. Neste contexto, se constrói e se organiza o projeto "Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e Promoção da Palmeira Juçara", aprovado junto ao Programa de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA. O objetivo foi de estimular e envolver a juventude quilombola nos processos de organização comunitária e intercâmbio cultural permanente, através de uma campanha de valorização da palmeira juçara, não só como espécie chave no ecossistema, mas também como alternativa para a segurança e soberania alimentar nas cinco comunidades quilombolas envolvidas nessa construção: Quilombos do Campinho da Independência, do Cabral, e de Santa Rita do Bracuí, em Paraty e Angra dos Reis (Rio de Janeiro), e os Quilombos da Fazenda e de Cambury, estes últimos em Ubatuba (São Paulo) (OLIVEIRA et al, 2014).

O projeto teve início no final de 2007 e foi concluído no final de 2010, sendo que seu foco de ação se deu através de três linhas: Juventude, Organização Comunitária Quilombola e Manejo da Palmeira Juçara. Essas estratégias de atuação aconteceram com base no enfoque agroecológico, através da formação de agentes locais nas comunidades quilombolas, estimulando o repovoamento da palmeira juçara em sistemas agroflorestais, o enriquecimento produtivo da vegetação de capoeira e o manejo florestal comunitário.

A efetivação dos objetivos propostos no PDA requereu esforço centrado na capacitação e animação permanente dos agentes locais escolhidos pelas comunidades, e para isso formou-se em cada comunidade as equipes de agentes locais, cada uma com no mínimo cinco jovens, que passaram a ser identificados como protagonistas. Nos módulos do curso de formação foram abordados os princípios, fundamentos e técnicas que possibilitaram a formação de agentes de desenvolvimento comunitário de base sustentável. A partir de uma abordagem teórica mais ampla fundamentada na Agroecologia e no desenvolvimento sustentável, foram desenvolvidas atividades e experiências práticas sobre temas mais pontuais e específicos que possibilitassem integrar tais conhecimentos a realidade socioambiental de cada comunidade.

Os impactos decorrentes das ações do PDA do

Protagonismo Juvenil podem ser percebidos através do incremento nas atividades de promoção da palmeira juçara no território, as quais já vinham ocorrendo em Paraty desde 2006, como ação da Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência - AMOQC e, em Ubatuba, por incentivo e empenho do Instituto de Permacultura da Mata Atlântica – IPEMA, desde 2005. Estas ações têm apontado para a construção de novas possibilidades de manejo dos recursos naturais no bioma da Mata Atlântica, através de uma espécie que contribui para a recuperação de nascentes e matas ciliares, para a recomposição e conservação de florestas na Mata Atlântica e, também, representa inclusão social, valorização étnica e cultural.

Outro impacto positivo decorrente das ações do PDA relaciona-se ao envolvimento dos jovens das comunidades quilombolas integrantes do projeto, onde eles desempenharam um papel de protagonistas em todas as fases do ciclo de produção da polpa da juçara. Isto proporcionou um encontro de gerações, uma vez que os responsáveis pelas áreas de coleta são geralmente pessoas mais idosas, os quais em sua grande maioria, até então, nunca tinham dedicado sua atenção para o uso dos frutos. Neste mesmo sentido, o projeto contribuiu para integração das mulheres aos mutirões para coleta e despolpa dos frutos.

Uma vantagem do manejo da juçara para a produção da polpa do fruto, em relação ao manejo para extração do palmito, é que a retirada deste implica na morte da planta, que leva de cinco a oito anos para chegar a um estágio de corte. Por outro lado, a coleta de fruto pode ser feita aproximadamente a partir dos sete anos, e dessa forma tem-se a coleta ano após ano com a mesma planta, pois não é necessário cortá-la. Outro fator relevante é que os frutos depois de serem despulpados fornecem como produto não só a polpa para ser consumida como alimento, mas também uma grande quantidade de sementes viáveis que podem ser utilizadas para incremento das populações dessa espécie, e repovoamento de áreas onde ela foi extinta, inclusive em locais aonde não há mais capacidade de repovoamento natural e implantação em diferentes sistemas produtivos.

O manejo dos frutos da palmeira juçara para obtenção da polpa como alimento, e também como para produção de sementes, traz uma importante contribuição na conservação desta espécie, e também das florestas nativas do bioma Mata Atlântica de forma mais ampla. O consumo de polpa de juçara contribui diretamente para a produção de sementes que serão utilizadas para o plantio e repovoamento da espécie, uma vez que,

quanto maior a produção de polpa, maior a possibilidade de comercialização e, maior a oferta de sementes viáveis e maior geração de mudas. Toda essa “linha de produção” da polpa, das sementes e das mudas, além de permitir a diversificação no processo de geração de renda para as comunidades, auxilia de maneira direta na recuperação da espécie e, conseqüentemente, nas ações de conservação da Mata Atlântica.

Com o repovoamento da espécie o processo de sucessão ecológica das florestas secundárias é dinamizado, já que a fauna encontra abrigo e alimento para poder promover a dispersão de espécies na floresta. Um bom exemplo desta dinamização vem do trabalho de dispersão de sementes promovido pelo tucano, uma ave que se alimenta dos frutos da juçara na região litorânea, e carrega consigo os frutos ao migrar para a região de altitude mais distante da costa, dispersando-os por uma larga faixa na região sudeste do país.

O manejo da palmeira juçara trouxe consigo a discussão sobre a adoção do manejo agroflorestal no território, o qual inicialmente foi objeto de alguma rejeição por parte dos agricultores. No entanto, a medida que as agroflorestas iam sendo implantadas, os agricultores se convenciam da importância e adequação dos sistemas agroflorestais ao ecossistema. Para isso, contribuíram também as visitas de intercâmbio às comunidades com sistemas agroflorestais já implantados, principalmente em São Paulo. Lá puderam ver e ouvir os relatos favoráveis a essa forma de manejo com os sistemas agroflorestais, inclusive a segurança de seu uso diante dos órgãos de fiscalização ambiental.

A partir de uma necessidade dos agricultores que manejam sistemas agroflorestais no estado do Rio de Janeiro, tem início em 2011 uma discussão para a construção de um marco legal para a regulamentação do uso de SAFs no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, foi constituído um grupo de trabalho composto de técnicos e agricultores, com o apoio da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e de técnicos do INEA – Instituto Estadual do Ambiente. Após 3 anos de trabalho elaborou-se uma proposta a qual resultou na resolução 86/2014 (de 29/01/2014) do INEA. Esta proposta define critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática do pousio por parte de agricultores familiares no estado do Rio de Janeiro, com a possibilidade de seu uso em áreas de preservação permanente, assim definidas no Código Florestal.

O manejo dos frutos da palmeira juçara para extração

tanto da polpa alimentar como das sementes, pode ser considerado como uma importante estratégia de conservação desta espécie e das florestas nativas, aliando também o potencial socioeconômico na geração de renda com contribuições para a segurança e soberania alimentar das comunidades presentes na Mata Atlântica. O estímulo para manejo dos frutos, ao invés da extração do palmito, pode contribuir consideravelmente para reduzir a pressão sobre esta espécie e favorecer a resolução de conflitos socioambientais relacionados ao uso de recursos naturais por comunidades em áreas de conservação ambiental.

Considerações finais

Com base nas visitas a campo, foi possível constatar que a existência de cerca de quarenta sistemas agroflorestais atualmente em Paraty é consequência direta do trabalho de assessoramento técnico com enfoque agroecológico realizado junto aos camponeses, e que apresenta pelo menos dois aspectos significativos para o fortalecimento da condição camponesa entre os agricultores de Paraty. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que o manejo empregado nos sistemas agroflorestais foi impulsionado pelos saberes locais já existentes na agricultura tradicional e que, atualmente, é estruturado pelo conhecimento experimental concreto realizado através das práticas cotidianas dos camponeses. Esta forma de conhecimento é desenvolvida amplamente pelos camponeses de Paraty em seus agroecossistemas, e é decorrente não só da observação dos recursos naturais, mas também da aprendizagem empírica da experimentação. Neste processo, os camponeses aplicam os princípios agroecológicos e escolhem as melhores alternativas e soluções, pelo método de ensaio e erro, sempre vinculados aos seus comportamentos práticos de sua vida cotidiana. Como resultado pode-se constatar a existência de uma clara conexão entre a gestão dos recursos naturais pelos camponeses e sua própria cultura, ou seja, a sua forma de fazer agricultura.

O segundo aspecto se relaciona a existência de uma racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais por parte dos camponeses em Paraty, tanto no manejo de suas agroflorestas como no aproveitamento dos frutos da palmeira juçara. Esta racionalidade ambiental é amplamente visível no desenho dos agroecossistemas, e na presença dos ciclos fechados de produção, com aporte mínimo (ou mesmo inexistente) de insumos externos. Isso se reflete na garantia de uma produção estável ao longo do tempo,

com a presença de elementos de sustentabilidade, como produtividade, estabilidade e diversidade biológica. As agroflorestas e os quintais agroecológicos representam agroecossistemas sustentáveis para manutenção da base de recursos e, portanto, de reprodução social do campesinato em Paraty, contribuindo conseqüentemente para sua permanência no território, inseridos em seus modos de vida. A estratégia multiuso do território e a diversidade existente são também uma garantia para a segurança alimentar das famílias camponesas, e uma redução do risco frente às adversidades.

As experiências protagonizadas pelos camponeses de Paraty tendem a indicar que as bases da Agroecologia se assentam nos agroecossistemas manejados por eles, ou dito de outra forma, que o enfoque agroecológico se dá inicialmente nos sítios e unidades de produção camponesas, muito antes das estações experimentais de pesquisa agrícola, e sempre a partir da práxis dos camponeses. A contribuição das experiências protagonizadas pelos agricultores em Paraty para a construção do conhecimento agroecológico é ampla e diversificada, e tem se fortalecido basicamente por duas maneiras. A primeira forma através da participação frequente de estudantes, professores, técnicos e agricultores, em estágios de vivência e em visitas aos agroecossistemas em Paraty, algumas vezes em decorrência de atividades realizadas através de projetos de fortalecimento da Agroecologia executados dentro das universidades públicas. A outra maneira tem sido a participação de alguns agricultores de Paraty nas redes e espaços de articulação em torno da Agroecologia, em âmbito estadual e nacional, dinamizando o processo de intercâmbio de conhecimentos.

Contatou-se, também, o ressurgimento dos mutirões como forma de apoio mútuo e expressão da reciprocidade camponesa em Paraty. Embora os relatos indiquem a ocorrência desta prática desde os anos 1950, os mutirões têm atualmente uma importância decisiva para a articulação dos camponeses em torno da Agroecologia, e o número crescente de participantes atesta este interesse. Muitos agricultores contam que os benefícios da participação nos mutirões vão além da cooperação produtiva e laboral, tendo sua utilidade também como espaços de circulação de conhecimentos e intercâmbio de ideias.

A existência de um conjunto de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos que tornam possível a permanência do campesinato, sem comprometer a base e a renovação dos recursos

naturais, aponta para uma racionalidade ecológica existente na forma camponesa de manejo socioambiental, e que está presente neste território. Desta forma, foi possível constatar que o modo camponês de apropriação dos recursos naturais tem contribuído para conformar a resistência cotidiana do campesinato frente ao processo intenso de expropriação de suas terras e, assegurando a sua permanência histórica no território.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2002. 592p.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v.38, n.3, p.587-612, 2011.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 336p.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.
- DIEGUES, A. C. S. (org.). **Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e memória caiçara**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP, 2005.
- GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty/RJ**. 2004, 198p. Tese (Mestrado em Recursos Florestais) - ESALQ/USP, São Paulo, 2004.
- GUZMÁN CASADO, G. et al. (coord.). **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000. 535 p.
- HECHT, S. B. A evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2002. 592p.
- MATTOS, C. **Expressões Agroecológicas a partir de percepções socioambientais da agricultura tradicional e camponesa em Paraty/RJ**. 2011, 112p. Tese (mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- OLIVEIRA, F. S. R. et al. Protagonismo Juvenil e Manejo da Palmeira Juçara em comunidades quilombolas (AMOQC). In: GOLLO, A. et al. **Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas**. Rio de Janeiro: AS PTA, 2014. 250p.
- PALERM, Á. **Antropología y Marxismo**. México: CIS-INAH y Editorial Nueva Imagen, 1980. 224p.
- PLOEG, J. D. van der. Sete teses da agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS PTA, 2009. 168p.
- RIBEIRO, D. O. **Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435p.
- SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1985. 389p.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96p.
- THOMPSON, P. **The Voice of the Past. Oral History**. Third edition, Oxford University Press, 2000. 368p.
- TOLEDO, V. M. **El juego de la supervivencia – un manual para la investigación etnoecológica en Latinoamérica**. Santiago de Chile, Berkeley/California – USA : CLADES, 1991. 75p.
- TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. de. (eds). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993. 253p.